

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|---|
| H673 | História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7 |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA | |
| <i>Mônica Andrade Modesto</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.6001923081 | |
| CAPÍTULO 2 | 13 |
| ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”? | |
| <i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.6001923082 | |
| CAPÍTULO 3 | 26 |
| HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA | |
| <i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.6001923083 | |
| CAPÍTULO 4 | 36 |
| EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA | |
| <i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.6001923084 | |
| CAPÍTULO 5 | 40 |
| HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA | |
| <i>Rogério Chaves da Silva</i> | |
| <i>Paulo Alberto da Silva Sales</i> | |
| <i>Sidney de Souza Silva</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.6001923085 | |
| CAPÍTULO 6 | 56 |
| HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS” | |
| <i>Fabiana Alves Dantas</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.6001923086 | |
| CAPÍTULO 7 | 68 |
| HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS | |
| <i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i> | |
| <i>José Antonio de Andrade</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.6001923087 | |
| CAPÍTULO 8 | 76 |
| VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX | |
| <i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.6001923088 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 9 | 90 |
| HISTÓRIA INTELLECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL | |
| <i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i> | |
| <i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.6001923089 | |
| CAPÍTULO 10 | 104 |
| IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS | |
| <i>Nívea Faria de Souza</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230810 | |
| CAPÍTULO 11 | 114 |
| MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE | |
| <i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i> | |
| <i>Lucio Tadeu Mota</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230811 | |
| CAPÍTULO 12 | 124 |
| MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO | |
| <i>José Antônio Dos Santos</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230812 | |
| CAPÍTULO 13 | 136 |
| MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART | |
| <i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230813 | |
| CAPÍTULO 14 | 145 |
| O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO | |
| <i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i> | |
| <i>Eduardo Pimentel Menezes</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230814 | |
| CAPÍTULO 15 | 155 |
| O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE | |
| <i>Adelar Heinsfeld</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230815 | |
| CAPÍTULO 16 | 165 |
| O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO | |
| <i>Maristela Carneiro</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230816 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 17 | 180 |
| POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS | |
| <i>Rivail Carvalho Rolim</i> | |
| <i>Letícia Gonçalves Martins</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230817 | |
| CAPÍTULO 18 | 195 |
| PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945) | |
| <i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i> | |
| <i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230818 | |
| CAPÍTULO 19 | 204 |
| QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO | |
| <i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i> | |
| <i>Suely Lima de Assis Pinto</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230819 | |
| CAPÍTULO 20 | 216 |
| RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808) | |
| <i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230820 | |
| CAPÍTULO 21 | 228 |
| RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP | |
| <i>Marcio Douglas Floriano</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230821 | |
| CAPÍTULO 22 | 236 |
| RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX) | |
| <i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230822 | |
| CAPÍTULO 23 | 247 |
| RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO | |
| <i>Carolina Martins Saporetti</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230823 | |
| CAPÍTULO 24 | 258 |
| REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937 | |
| <i>Eduardo Barreto de Araújo</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.60019230824 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 25 | 271 |
| VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA | |
| <i>Edson de Sousa Brito</i> | |
| <i>Camila de Souza Cardoso</i> | |
| DO 10.22533/at.ed.60019230825I | |
| SOBRE AS ORGANIZADORAS | 279 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 280 |

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA

Rogério Chaves da Silva

Professor do IF Goiano Campus Avançado
Hidrolândia-GO

Paulo Alberto da Silva Sales

Professor do IF Goiano Campus Avançado
Hidrolândia-GO

Sidney de Souza Silva

Professor do IF Goiano Campus Avançado
Hidrolândia-GO

RESUMO: Nesse texto, analisaremos os diferentes tipos de história da historiografia praticados no Brasil, destinando ênfase a um modelo que, nos últimos anos, tem sido muito exercitado pelos historiadores brasileiros: a “história da historiografia como exercício de metateoria”. O cerne desse modelo é a reflexão crítica acerca da prática intelectual dos historiadores (metateoria), na medida em que são exploradas as dimensões normativa, cognitiva e empírica da produção de conhecimento histórico, verticalizando questões existenciais, teóricas, metodológicas e narrativas que envolvem o fazer histórico profissional. Valendo-se de instrumentais reflexivos típicos da teoria da História, os praticantes desse modelo de história da historiografia promovem abstrações, historicamente orientadas, sobre as formas, os procedimentos e as funções que envolvem o pensamento histórico científico.

PALAVRAS-CHAVE: História da Historiografia; Metateoria; Teoria da História

ABSTRACT: In this paper we are going to analyse different types of historiographic's History made in Brazil, with the emphasis in a model that, at the last years, it has been exhausted thought by Brazilian History Scholars: the historiographic of History as an exercise of meta-theory. The goal of this model is the critical reflexion about the Historians' intellectual practice (meta-theory) in that they are explored in normative, cognitive and empirical dimensions of History knowledge production, with the propose to verticalize existential theoretical, methodological and narratives questions that involve the professional historical construction. For that, we are going to use typical reflexive tools of History theory, the practitioners of this model as well as the forms, types and procedures and the functions that cover the scientific history thoughts.

KEYWORDS: History of Historiography; Meta-Theory; Theory of History

1 | TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA NO BRASIL

Desde o final do novecentos e, especialmente, a partir da primeira década do século XXI, o interesse por pesquisar a história

da História, que passou a ser mais comumente chamada de história da historiografia, começou a ganhar novo fôlego. A crítica pós-moderna fez com os historiadores percebessem que sua operação historiográfica não abrigava somente a dimensão da pesquisa, mas também uma dimensão narrativa repleta de complexidades. Hayden White (1995), por exemplo, em sua *Meta-história*, discute os novos métodos e procedimentos do historiador contemporâneo a partir da teoria da narrativa ficcional. Para White, a historiografia trata-se de uma estrutura verbal na forma de um discurso em prosa. As estruturas históricas “comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especificamente, linguístico em sua natureza, e que às vezes no paradigma pré-criticamente aceito daquilo que dever ser uma explicação eminentemente ‘histórica’” (WHITE, 1995, p. 11). A narrativa da qual se serve White é entendida enquanto acontecimento, devir e transformação. A narrativa histórica, na concepção de White, se agrega às *mélanges* da escrita.

O próprio título do estudo de White, *meta-história*, parte do entendimento de pensar a história voltada para si mesma, debruçada sobre os problemas de “como” e “o que” narrar. Para repensar este processo, White se ocupou da análise da historiografia oitocentista. Ele reconhece nos discursos históricos as estratégias narrativas que permitem penetrar “na evanescência irônica dos discursos” e retornar “ao teatro dos acontecimentos”. O historiador deve reler, reinventar, rever, reavaliar e, principalmente, interpretar os discursos da história. Eis o problema central do estudo de White: a história entendida como discurso arquitetado e que merece ser esmiuçado para se enxergar seus meandros.

Com os desafios colocados por essa crítica narrativista pós-moderna, que foi mais ampla do que as considerações feitas por Hayden White, e as tentativas de diluição das fronteiras da História com outras áreas do conhecimento, a reflexão teórica, compreendida como exercício abstrativo sobre os fundamentos que constituem o pensamento histórico-científico, tornou-se uma exigência no interior da comunidade dos historiadores. O “desapego teórico” que grassava no cenário historiográfico brasileiro, vigorosamente denunciado por José Honório e Francisco Iglésias, começou, então, a ser revertido em prol de uma postura cada vez mais consciente da importância da reflexão teórica, tanto para o trabalho de pesquisa do historiador quanto para a fundamentação da História como especialidade científica.

Essa mudança de concepção pode ser sentida no aumento substancial do número de teses e dissertações acadêmicas, além dos artigos publicados, periódicos indexados, eventos organizados e grupos de trabalho dedicados às questões que norteiam essa flexibilidade típica da teoria da História. Neste contexto, tivemos também, em 2009, a criação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), organização esta que veio congregar historiadores que militam nessas searas investigativas e alavancar ainda mais as discussões em torno das problemáticas inscritas ao estatuto epistemológico da História como conhecimento racional da experiência humana do passado.

Em meio a estes esforços, os liames entre história da historiografia e teoria da História se mostraram cada vez mais robustos, ou seja, a preocupação de se produzir radiografias, panoramas ou indicar tendências da produção histórica no país foi deslocada. O esforço se voltou, preponderantemente (não exclusivamente), para a reflexão acerca de como esse produto intelectual discursivo, fruto de pesquisa em fontes históricas, denominado historiografia, é constituído por historicidade. Dessa forma, assim como os fenômenos humanos do passado sobre os quais se debruça, a historiografia pode também ser historiada. Tarefa a qual se incumbe a história da historiografia.

Ademais, para compreender com maior agudez a operação historiográfica era preciso encarar, analiticamente falando, que, enleado a esse construto narrativo, temos demandas individuais e sociais (das quais se originam e para as quais se destinam) sedentas por serem atendidas; que existem fios tecidos a partir de diferentes orientações teóricas, algumas assumidas, outras latentes; que subsistem procedimentos metodológicos que guiam o trato com as evidências do passado; que encontramos ainda distintas formas de se exprimir linguisticamente. Enfim, a pesquisa histórica (repleta de elementos normativos, cognitivos e empíricos) materializada em texto (a historiografia) envolve toda uma complexidade de condições, princípios e procedimentos que necessita ser acessada, entendida e analisada se quisermos responder à célebre indagação: “o que fabrica o historiador quando faz história?” (CERTEAU, 1988, p. 17). A resposta, como se sabe, não é tão simples como aparenta o enunciado, mas ela nos provoca a pensar sobre como a história da historiografia, ao promover um estreito diálogo com a teoria da História, pode fomentar fecundas reflexões sobre os princípios que fundamentam o conhecimento racional da experiência humana do passado. Por conseguinte, nos auxilia na compreensão do que consiste essa prática intelectual realizada por historiadores.

Algumas tentativas de construção tipológica sobre as investigações em história da historiografia já são conhecidas, principalmente as realizadas por historiadores estrangeiros. Dentre as tipologias sobre as histórias da historiografia, provavelmente, a mais ampla seja a elaborada por Horst Walter Blanke (2006), até porque além dos tipos, ele trata das funções inscritas a eles. Em seu arquétipo tipológico, dez modelos são explanados: “história dos historiadores”, “das obras”, “balanço geral”, “história da disciplina”, “dos métodos”, “das ideias históricas”, “dos problemas”, “das funções do pensamento histórico”, “história social dos historiadores” e “história da historiografia teoricamente orientada”. Como resultado desses modelos, Blanke argumenta que as histórias da historiografia podem apresentar uma “função afirmativa”, ou uma “função crítica” ou até, se possível, uma “função exemplar”.

A despeito dessas tipologias estrangeiras construídas sobre outros territórios e panoramas historiográficos, constatamos que muitos aspectos contidos nas mesmas não se aplicavam às análises feitas sobre a produção histórica nacional. Isso porque, em geral, foram modelos analíticos construídos a partir de outras cenas

intelectuais, pensando em outras tradições historiográficas e em meio a um espaço de reflexão marcado por estudos elaborados por especialistas que já trabalham com essas temáticas há mais tempo. No Brasil, por sua vez, os esforços no sentido de se pensar as histórias da historiografia nacional em seu conjunto¹ e de refletir sobre suas singularidades epistemológicas, teóricas, metodológicas ou narrativas dos exercícios de história da historiografia são muito recentes.

2 | UMA TIPOLOGIA DAS HISTÓRIAS DA HISTORIOGRAFIA NO BRASIL

A partir de leituras feitas sobre importantes historiadores que pensaram a historiografia brasileira (José Honório Rodrigues, José Roberto da Amaral Lapa, Francisco Iglésias, Carlos Guilherme Mota, Manoel Luiz Salgado, Raquel Glezer, Carlos Fico, Ronald Polito, José Carlos Reis, Jurandir Malerba, Astor Diehl), verificamos a possibilidade de elaborar uma tipologia em particular a respeito desses trabalhos que analisaram a história da historiografia brasileira. Isso porque, mesmo diante da heterogeneidade de propostas analíticas apresentadas por cada um desses autores, observamos vários elementos comuns nessas diferentes reflexões sobre a historiografia brasileira, o que possibilitava o tratamento tipológico desses trabalhos.

É preciso ressaltar, entretanto, que esse exercício tipológico elaborado foi resultado do contato com esses exames, não um *a priori* abstrativo que guiou nossa imersão sobre essas análises. Nesse sentido, formulamos, basicamente, quatro modelos de histórias da historiografia, que estão relacionados àqueles tipos mais recorrentes dentre os trabalhos estudados. Os tipos sistematizados com base nessa reflexão foram: *a história da historiografia crítica, os balanços historiográficos, historiando historiador(es)/intelectuais e obras e a história da historiografia como exercício de metateoria*.

Além desses quatro modelos confeccionados, poderia acrescentar outros tipos de história da historiografia que foram praticados no Brasil, tais como: *a história da historiografia como estado da arte*, modelo em que se realiza uma revisão crítica do que foi pesquisado sobre determinado fenômeno ou período histórico, objeto ou tema historiográfico, abordagem muito comum em capítulos de obras organizadas²; *historiando perspectivas e/ou arranjos historiográficos*, tipo no qual seriam identificadas “escolas”, vertentes ou perspectivas historiográficas em torno das quais se aglutinariam certos autores³; ou *Compreendendo a(s) historiografia(s) a partir de uma história*

1 A revista História da Historiografia, periódico ligado à Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia e aos Programas de Pós-Graduação da UFOP e da UNIRIO, vem se constituindo em um importante veículo de publicação dessas reflexões.

2 Exemplos desse tipo de abordagem podem ser encontrados na obra organizada por Freitas (2005), como no capítulo intitulado “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”, de Cláudio Batalha, ou na coletânea organizada por Samara (2002), no texto “A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos”, de José Flávio Motta.

3 Um exemplo desse tipo de história da historiografia seria a tese de doutorado de Rogério F. da Silva (2001).

institucional, modelo no qual, a partir da história de uma determinada instituição, busca-se compreender concepções historiográficas e os caminhos trilhados por uma determinada produção historiográfica⁴. Apesar da existência desses outros modelos, optamos por não aprofundá-los na presente análise, pois os encontramos em obras pontuais e nosso intento foi o de nos concentrar naqueles tipos mais recorrentes dentre os trabalhos investigados.

É necessário ter presente ainda esse empreendimento classificador trata-se de um ponto de vista particular sobre tais exames, sendo assim, outros arranjos analíticos poderiam ser definidos a partir da perspectiva que fosse endereçada a estas reflexões sobre a historiografia brasileira. Nesse projeto, não há inscrita a tentativa de enquadrar, monoliticamente, os historiadores em um determinado tipo de história da historiografia. Os liames estabelecidos entre autores e certos modelos de análise se deram pela eleição de alguma(s) obra(s) elaborada(s) por eles. Foi possível, assim, identificar um mesmo pesquisador elaborando diferentes tipos de história da historiografia, o que será exposto oportunamente. Mais do que rotular qualquer historiador(a) em um determinado modelo, o enfoque esteve voltado para a reflexão sobre os mais recorrentes formatos de história da historiografia praticados no Brasil. Na esteira dessa orientação, os modelos arquitetados não seguiram uma cronologia das análises, os historiadores foram arrolados e analisados de acordo com o tipo de história da historiografia em questão.

3 | REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA

Analisando, especificamente, do modelo que denominamos de “história da historiografia como exercício de metateoria”, encontramos dois autores que, ultimamente, praticaram com, frequência, esse tipo de análise em relação à história da historiografia brasileira, Jurandir Malerba e Astor Diehl. Malerba, por exemplo, além de elaborar seus próprios textos de crítica historiográfica, trabalhou em várias obras na condição de autor/organizador. Seu repertório de resenhas, artigos e obras voltados para teoria e história da historiografia é bastante volumoso, mas para os fins perseguidos neste texto, isto é, o de apresentar trabalhos de história da historiografia que promoveram reflexões metateóricas, concentraremos nosso exame em duas obras por ele organizada, *A História Escrita: Teoria e História da Historiografia* (2006) e *Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica* (2007), e uma de sua própria autoria, *História na América Latina: Ensaio de Crítica Historiográfica* (2009). Pela natureza das edições organizadas, faremos uma espécie de recensão sobre os textos não elaborados por Malerba, com o fito de demonstrar como os temas e debates

⁴ Esse modelo de história da historiografia poderia ser exemplificado pela tese de doutorado de Manoel L. Salgado Guimarães (2011), recentemente traduzida para a língua portuguesa, ou pela obra de Lúcia Maria P. Guimarães (2007).

trazidos para o bojo de suas obras fornecem elementos importantes para abstrações no território da teoria da história.

Em *A História Escrita: Teoria e História da Historiografia*, como o próprio título indica, Malerba mesclou reflexões tanto de teoria quanto de história da historiografia, evidenciando suas interpenetrações. Trata-se, portanto, de um trabalho com características metateóricas. O organizador congregou em torno si vários historiadores brasileiros que foram incumbidos da tarefa de traduzir textos de autores renomados como JörnRüsen, Hayden White, Frank Ankersmit, Carlo Ginzburg, Host Blanke, Massimo Mastrogregori, AngelikaEpple e Masayuki Sato.

Pensando o imenso edifício historiográfico fundeados em trabalhos metódicos de pesquisa, Malerba ressaltou que percorrer a história de como esse empreendimento foi construído é refletir sobre o próprio desenvolvimento da disciplina e sobre a forma como cada sociedade, em diferentes momentos históricos, buscou sistematizar e relatar seu passado. Por conseguinte, em um breve exercício de história da historiografia, expôs os elementos fundamentais do modo de se conceber a História desde o século XIX, com Marx, os historicistas neokantianos; passando, no século XX, pelos *Annales*, pelos estruturalistas, pós-estruturalistas e desaguando no pós-modernismo. Nesta margem, os impactos ontológicos e epistemológicos das posturas pós-modernistas, as contendas entre “racionalistas” e “narrativistas”, foram objeto de análise.

Reconhecendo que o caráter autorreflexivo do conhecimento histórico consiste em seu mais robusto traço em face de outras disciplinas das ciências humanas, o autor salientou que o labor historiográfico, amiúde, engendra um exercício de memória do que foi produzido anteriormente, independente do tema que se pesquise. Pela própria historicidade do conhecimento histórico, esse exercício de volver ao que já foi investigado sobre determinado assunto, ou seja, esse exercício de crítica historiográfica acabou se constituindo num fundamento desse conhecimento. Logo, “a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado, operada a cada geração” (MALERBA, 2006, P. 17). Isso significa que, a partir de demandas originadas do contexto (presente) do historiador e de seus horizontes teóricos, e considerando também sua postura metodológica, novas pesquisas são elaboradas de modo que cada geração conheça o passado de forma diferente que a precedente. É nesta consciência da historicidade da narrativa historiográfica que, segundo Malerba, a história da historiografia se estabelece como um ramo legítimo do conhecimento histórico.

Outro estudo de história da historiografia produzido por Malerba foi a obra *A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica* (2009). Ainda que o autor tenha apenas bosquejado a historiografia na América Latina na década de 1960 e, sobretudo, dos anos 1970 a 1990, o livro traz interessantes pinceladas e amplos delineamentos das fisionomias historiográficas encontráveis na América Latina no quadrante temporal elegido. Primeiramente, localizou as transformações ontológicas

e epistemológicas ocorridas na década de 1960 e que resultaram numa transição paradigmática no modo de se conceber e escrever a História, o que alcançou também a América Latina.

Sob o influxo do pós-estruturalismo, as perspectivas inovadoras engendraram o abandono das Histórias de natureza holística, estribadas em grandes teorias explicativas, em prol da adoção de interpretações miradas em objetos pontuais. Com essa “virada cultural”, os excluídos, a questão do sexismo e do racismo, as minorias étnicas foram retirados das margens para ocupar o leito das narrativas historiográficas. Além disso, a clivagem dos objetos e a pulverização dos sujeitos carregados para o texto histórico fizeram com que, no lugar das grandes metanarrativas, tivéssemos “[...] uma multiplicação de discursos e jogos de linguagem, o questionamento da natureza do conhecimento junto com a dissolução da idéia de verdade, e outros problemas de legitimação em vários campos” (MALERBA, 2009, p. 22).

Decorreu daí a colocação do problema do anti-realismo pós-modernista que, além negar a existência de qualquer realidade extra-linguística, criticava a busca, intentada pelos historiadores, por representar o passado em sentido epistemológico. O texto historiográfico como uma construção pessoal, manifestação da perspectiva do historiador como “narrador”, mesmo com as supostas âncoras metodológicas, não garantiria as pretensões de objetividade do conhecimento histórico.

Apartir desses tremores vivenciados, durante os anos 1960, pelo mundo ocidental e, em especial, pela comunidade dos historiadores, Malerba auscultou os impactos sofridos pela historiografia na América Latina nas décadas vindouras. Destarte, traçou, em linhas gerais, dois períodos para a história da historiografia na região: o primeiro, dos anos 1970 até parte dos anos 1980, em que predominou a história econômica e social; e o outro, que abarcaria parte da década de 1980 e os anos 1990, em que preponderou a nova história política e a nova história cultural. Embora fitasse para as semelhanças e algumas especificidades das diferentes historiografias afloradas na América Latina, por sua própria inserção cultural e por seu maior conhecimento de causa, Malerba acabou concentrando-se mais na historiografia brasileira.

Com relação aos anos 1970, mapeou a grande influência intelectual/teórica que o marxismo exerceu na região, ascendência esta que se espalhou até princípios da década de 1990. Ao lado do marxismo, os reflexos da perspectiva francesa dos *Annales* também incidiram neste solo historiográfico. No que toca à sobrepujança da história econômica e social nesta fase, o autor salientou que tais domínios surgiram, intrinsecamente, ligados à tentativa de superação da história historizante, concentrada no método. Em termos de história econômica, destacou o papel da CEPAL nas discussões que envolviam os problemas do desenvolvimentismo e das teorias da dependência. Para Malerba, essas teorias foram o ápice do esforço de elaboração de um pensamento genuinamente latino-americano tanto sobre sua história como sobre seu presente. O autor ainda soergueu os nomes de alguns historiadores econômicos ligados à USP e à UFF e suas respectivas contribuições para o desenvolvimento

dessa área de pesquisa no Brasil, especialmente no campo da história agrária e regional.

Demarcando a diluição das fronteiras entre pesquisas em história econômica e história social, Malerba asseverou que a feitura de trabalhos no âmbito desta última na América Latina foi marcada pela nítida influência dos *Annales*. Particularmente no caso brasileiro, a presença de alguns desses historiadores franceses no país deixou profundas raízes na historiografia brasileira, notadamente na produção uspiana. A maior parte das pesquisas elaboradas nos programas de pós-graduação em História, criados neste período, também fora em história social. Dentre essas investigações, dois ramos se mostraram mais recorrentes: a história social do trabalho e a história dos movimentos sociais. No que tange ao primeiro, as análises de E. P. Thompson foram extremamente apropriadas. A história do trabalho praticada, desde então, mudou o foco da política e economia e lançou-se às esferas culturais. Abandonando as interpretações generalizadoras, essas pesquisas enfatizaram a diversidade das experiências das classes trabalhadoras, considerando aspectos étnicos, de gênero e particularidades culturais. Quanto à história dos movimentos sociais, a preocupação esteve alojada em compreender as resistências da sociedade civil, especialmente as manifestadas pelas organizações populares durante os regimes de exceção. Para Malerba, ao aprofundarem nessa temática, os estudiosos dos movimentos sociais acabavam por depositar muita esperança no potencial transformador dessas organizações.

Já no entardecer dos anos 1980 e durante a década de 1990, a nova história política se apresentou como um esforço de superação das interpretações calcadas no Estado e nos personagens de vulto. Sob os impactos do pós-estruturalismo e da “guinada cultural”, esses trabalhos pugnaram pelo alargamento da dimensão do político: para além dos aspectos administrativos e oficiais, o foco de abordagem mirou para a análise das formações partidárias, das estratégias de memória, das ideias, das imagens, dos comportamentos, enfim, da cultura política. A história cultural, por seu turno, mostrou-se a mais flamejante perspectiva de abordagem da experiência do passado cultivada nesse período. Abarcando uma miríade de temas como a privacidade, a intimidade, o cotidiano, a sexualidade, os gêneros, as crianças, as famílias, a loucura, os marginais, a cultura popular, as questões étnicas, as mentalidades, dentre outros, essas pesquisas, ao caminharem na esteira de uma história antropológica, acabaram se aproximando de perspectivas colocadas pela chamada “terceira geração dos *Annales*” e passaram a se filiar a um repertório de investigações que viriam a ser conhecidas como “nova história cultural”.

Com relação aos trabalhos do professor Astor Antônio Diehl, sua tese de doutorado é outra amostra de uma produção de história da historiografia que abriga uma série de reflexões metateóricas. Defendida na Universidade de Bochum, na Alemanha, essa pesquisa foi apresentada ao mercado editorial brasileiro em dois volumes: *A matriz da cultura histórica brasileira. Do crescente progresso otimista à*

crise da razão histórica – uma introdução, e o outro intitulado *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Posteriormente, esse projeto foi ampliado com outras duas obras: *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930* e *A cultura historiográfica brasileira: da década de 1930 aos anos 1970*. Orientado pelo professor Jörn Rüsen, Diehl incorporou em seus estudos vários temas e perspectivas advindas das reflexões teóricas de seu orientador, além de alguns instrumentais teórico-conceituais contidos na “semântica histórica da experiência” de Reinhart Koselleck.

Tendo como núcleo de sua teorização o conceito de “cultura historiográfica”, Diehl afirmou que por meio desse constructo analítico analisou as representações narrativas do passado elaboradas pela historiografia nacional. Neste sentido, a “cultura historiográfica brasileira” foi analisada a partir de uma constelação de elementos pertencentes a cinco matrizes. A primeira delas se refere a uma “matriz disciplinar da História como ciência”, através da qual foi possível localizar os desdobramentos, as mudanças de paradigmas, as rupturas, em suma, captar o processo de “disciplinarização” da História como ciência (DIEHL, 1998, p. 12). A segunda, a “matriz da recepção teórico-metodológica”, enfocou os modos de recepção das discussões teóricas produzidas na comunidade científica. A partir do exame dessa matriz da recepção, o autor mapeou três vetores gerais que estão dispostos na historiografia brasileira: um vetor ortodoxo, um adaptado e um crítico. Para a caracterização desses vetores, ele contemplou algumas variáveis: “teoria, método, fontes, sentido da narrativa, realidade, visão de mundo, origem social do historiador e funções do conhecimento” (DIEHL, 1998, p. 12-13). Na terceira, “uma matriz sobre as experiências de modernidade”, refletiu sobre as experiências históricas e historiográficas fitadas em um anseio por modernidade, discussão em que as noções de modernização, modernidade e modernismo tornaram-se centrais para a análise. Na quarta matriz, só possível de ser pensada após os anos 1970, problematizou as “experiências historiográficas sobre a pós-modernidade e o debate sobre a tensão entre modernidade e pós-modernidade”, bem como sobre a ressonância dessa tensão na disciplina histórica (DIEHL, 2004, p. 61). E, finalmente, uma quinta matriz, constituída pela discussão em torno do texto historiográfico, sobretudo no que concerne à esfera estético-retórica das narrativas historiográficas.

Percorrendo os caminhos da produção historiográfica brasileira do século XIX, Diehl situou em Varnhagen a tentativa de concretização de um projeto de História nacional idealizado pelo IHGB. Para além dos complexos temas inscritos às obras do Visconde do Porto Seguro, é importante realçar que o historiador sul-rio-grandense localizou, como ressonância das análises varnhagenianas, a composição de uma espécie de cânone interpretativo sobre a história do Brasil que perdurou por muito tempo na historiografia nacional: a busca por integrar o novo e o velho como forma de evitar as rupturas, a apologia às minorias vitoriosas e a consequente repulsa às tentativas de insurreições, a defesa de uma história incruenta e do papel do Estado Monárquico

em evitar a fragmentação do território nacional. Tangido pelo elitismo e herdeiro da tradição iluminista, os escritos de Varnhagen apresentaria elementos da “concepção clássica de História” consistente no predomínio do *topos* da *historiamagistra vitae*, em que a história era encarada como palco de experiências passadas de onde se filtrariam exemplos para o presente e o futuro. Esse conteúdo exemplar, pedagógico e pragmático da história também seria reforçado pela ênfase biográfica.

Ainda palmilhando pela historiografia oitocentista, Diehl encontrou nos trabalhos de Capistrano de Abreu elementos que indicavam a passagem da “concepção clássica” para a “concepção moderna de História”. A partir da preocupação capistraniana com a referência documental e com a heurística, o método assumiu “[...] uma função seletiva das experiências do passado na constituição do projeto modernizador, ou seja, introduz-se a função de controle sobre o passado” (DIEHL, 2004, p. 81). Na medida em que se propugnava um acesso mais objetivo à realidade histórica através de procedimentos do método crítico, houve um distanciamento com o sentido ético-pedagógico típico do historiar clássico, pois, o que vinha do passado, principalmente a tradição e a memória, passou a ser visto com desconfiança. Esteado nas proposições de Hayden White, Diehl ressaltou que, nessa passagem de modelos, ocorreu uma substituição da “verdade ética” para a “verdade dos fatos”, ou seja, o método estabeleceria o que é falso e verdadeiro nas sentenças históricas. No interior dessa mudança, a questão da parcialidade e da imparcialidade na operação historiográfica consistiu, a partir de Capistrano, em um problema a ser considerado quando da elaboração de narrativas históricas. Resgatando a ideia de enredo presente em Ricoeur, Diehl argumentou que o enfoque no tempo linear (como herança da concepção iluminista de tempo) e a busca pela ocultação do narrador revelavam uma tentativa, por Capistrano, de “disciplinação do real”, de gestão da contingência, enfim, de domesticar o irracional e de emprestar um caráter “anti-trágico” à narrativa” (DIEHL, 1998, p. 85), postura típica da “concepção moderna da História”.

Apoiado em elementos da matriz disciplinar da JörnRüsen, Diehl afirmou que, nessa passagem do modelo clássico para o moderno, foi possível visualizar um primeiro deslocamento interno da matriz disciplinar da História, qual seja: a mudança de uma fase inicial da produção historiográfica (com Varnhagen) em que a ênfase se situaria nos “interesses” (“carências de orientação”) e “ideias orientadoras” (“perspectivas orientadoras”), assim como nas “funções de orientação” do conhecimento histórico, para uma outra fase (com Capistrano) em que o enfoque esteve mais voltado para os “métodos de pesquisa” e para as “formas de apresentação” do trabalho historiográfico.

Segundo o professor em pauta, uma vez a tradição e a memória apartadas do *espaço de experiências* e “incapazes de garantir a reconstituição do passado com plausibilidade científica” (DIEHL, 2004, p. 81), constituiu-se, no Brasil, um terreno propício para a recepção das teorias evolucionistas e positivistas. Refletindo sobre as estruturas de pensamento construídas para se pensar o Brasil ainda no século XIX, salientou que a elite intelectual brasileira elaborou modelos explicativos conservadores

e conciliadores, fundamentados no ecletismo, no positivismo e no evolucionismo. Chamando esse período de fase da “recepção ortodoxa” (DIEHL, 1998, p. 225), aduziu que essas teorias fermentaram no pensamento brasileiro a concepção de tempo linear sustentado pela ideia de progresso. Essa apropriação acrítica de teorias estrangeiras, agregada ao esforço narrativo moderno por expurgar a desordem, o trágico e a ruptura da história brasileira, teria dado vazão a uma perspectiva “otimista” acerca da história do Brasil, permitindo o aparecimento de alguns mitos interpretativo-conceituais como os da “história incruenta”, da “democracia racial”, o “da cordialidade”, que perduraram até por volta dos anos 1970 na historiografia brasileira.

Em um ambiente de efervescência social e cultural, essa “geração” (dos anos 20 e 30) buscou novos valores e outras perspectivas para repensar a realidade nacional. Nesse sentido, é plausível, segundo Diehl, vincular ideias oriundas do modernismo brasileiro com o alargamento da orientação sobre a cultura historiográfica brasileira presente nos trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado. Em meio a esta crise estrutural, essas análises teriam se constituído em esforços revisionistas nas formas de se conceber e grafar a história brasileira até então, principalmente pela “crítica cultural” subjacente e pela inquietação em imprimir “perspectivas científicas” a estas pesquisas. Embora as obras desses autores tenham renovado as formas de pensar e representar a realidade histórica, resgatado questões ideológicas inscritas às interpretações, apresentado novos referenciais teóricos, valorizado outras fontes históricas, enfim, dado um novo direcionamento à cultura historiográfica brasileira, Diehl afirmou que tal “revisionismo” representou um “sintoma de ruptura”, não havendo, portanto, um corte paradigmático das formas e funções do conhecimento histórico, e sim um deslocamento interno tanto na matriz disciplinar da ciência histórica quanto na matriz da história da recepção.

Diehl ainda distinguiu os anos 1930 como momento em que os intérpretes do Brasil começaram a elaborar grandes sínteses acerca do passado brasileiro, edificando análises históricas em perspectiva macroestrutural, mas que ainda estavam agarradas à concepção iluminista de progresso cumulativo e de linearidade do tempo histórico. Dedicando-se ao exame dos “fatores estruturais da cultura historiográfica brasileira” (DIEHL, 1999, p. 23) no período compreendido entre os anos 30 e 70, o autor esquadrinhou a recepção das correntes marxistas e da tradição de Max Weber nas representações do conhecimento histórico no Brasil. Refletindo sobre essa matriz da recepção em nossa cultura historiográfica, Diehl examinou as formas pelas quais determinados grupos de autores pensaram o passado e a realidade nacional se apropriando e/ou adaptando conceitos e interpretações de algumas correntes marxistas. Já para o caso da tradição weberiana, entendeu que essa recepção poderia ser organizada em três fases, cada qual com temas, conceitos, debates e autores específicos, embora alguns deles tivessem transitado em mais de uma fase.

A receptividade de vertentes e pressupostos teórico-metodológicos oriundos dessas duas tradições teria sido importante para a sedimentação das ciências humanas

no país, mas, sobretudo, para fundamentar diferentes projetos de modernização dirigidos à realidade brasileira. O que se observou nessa quadra temporal (de 1930 a 1970), em grande medida, foram esforços no sentido de adaptar a realidade brasileira a determinados modelos teóricos, bem como tentativas de orientação das experiências de modernização a partir de eixos conceituais como o de ideologia e o de cultura (levando a elaboração de modelos de “desenvolvimento nacional” e de interpretações impregnadas pelas ideias de “caráter nacional”, “cultura brasileira, dentre outras). Fitadas na construção de teorias de modernização, essas análises buscaram refletir sobre as possibilidades de superação dos entraves culturais e naturais para a efetivação desse processo no país.

Permanecendo nessa trilha pelo interior da “cultura historiográfica brasileira da década de 1930 aos anos 1970”, Astor Diehl diagnosticou nos escritos de José Honório Rodrigues, dos anos 1950 e 1960, os sintomas iniciais de uma ruptura com a visão “otimista da história” presente na historiografia brasileira, corte esse que acabou sendo aprofundado nas décadas de 70 e 80. Denunciando o conservadorismo, a conciliação e o artificialismo contidos nas interpretações acerca da história do Brasil, Honório teria chamado atenção para a necessidade de um revisionismo nas formas de representação do conhecimento histórico, propondo uma historiografia mais atenta às minorias e às intervenções populares na história do Brasil e menos comprometida com as elites. Diehl detectou, também, que nos anos 60 e 70, a produção historiográfica brasileira foi atingida, frontalmente, pelo recrudescimento das pesquisas realizadas pelos brasilianistas. A expansão dos financiamentos estrangeiros àqueles pesquisadores adventícios interessados na história brasileira combinada às limitações de recursos que os pesquisadores brasileiros experimentavam, fermentou a discussão sobre se o pensamento historiográfico brasileiro estava sendo ou não “desnacionalizado” e de que forma essa produção estaria ligada à interesses estratégicos ou à pressões da política internacional.

Para desenhar a fisionomia das pesquisas históricas realizadas no Brasil neste período, Diehl delineou outro aspecto fundamental: a institucionalização dos programas de pós-graduação ocorrida na década de 1970. Nessa nova ambiência intelectual, os pesquisadores acabaram por abandonar certas posturas típicas da tradição positivista-evolucionista, como a elaboração de grandes sínteses, de narrativas lineares, a ênfase na história política ou nos ciclos econômicos. Nas investigações surgidas no interior das pós-graduações, as abordagens homogeneizantes e totalizadoras deram lugar ao estudo de experiências históricas mais particulares.

Não obstante, para Diehl, foi na década de 1980 que a cultura historiográfica brasileira experimentou de uma aguda crise na matriz disciplinar, reflexo do colapso da razão histórica moderna. O pessimismo quanto às possibilidades das “revoluções otimistas”, que não se concretizaram nos moldes teorizados, e o questionamento em relação aos parâmetros modernos do conhecimento histórico (a concepção de progresso cumulativo, de tempo linear, as perspectivas coletivas, a epistemologia

racionalista e os métodos tradicionais), produziram não só novas discussões em torno do estatuto epistemológico da História como também deixaram sob suspeita os projetos de modernização ancorados, teoricamente, na recepção do marxismo e da tradição de Max Weber. Em meio a esta crise da “modernização adaptada” (DIEHL, 2004, p. 76), “novas” orientações teóricas foram sendo mais vigorosamente recepcionadas na cultura historiográfica brasileira: a *Nouvelle Histoire* com suas ramificações teóricas, Michel Foucault e Walter Benjamin.

No interior dos debates e críticas acerca dos limites apresentados pela razão histórica moderna, pelos projetos da modernidade ou ainda no tocante ao estabelecimento de uma cultura pós-moderna, alguns autores dessas três vertentes, sobretudo ligados a Foucault e a Benjamin, foram acessados como modo de “desqualificar o iluminismo e seus subprodutos” (DIEHL, 2004, p. 225). Em meio às discussões sobre os altos custos sociais, culturais e políticos da modernização, assim como da constituição de uma possível historiografia pós-moderna, a produção historiográfica brasileira acabou adquirindo novos contornos. A preocupação com as estruturas mais abrangentes, como a economia, sociedade e política, cedeu lugar às experiências históricas mais particulares e pontuais e com enfoque na História Social e Cultural. A inquietação por universalizar, homogeneizar, foi redimensionada para a tendência ao fragmentário, à descontinuidade, à ruptura.

Inspirados por elementos dessas três orientações teóricas, os historiadores brasileiros, em grande medida, abraçaram temas até então pouco usuais em sua escrita, o que demonstrou um deslocamento do olhar desses especialistas. O apego por narrar as experiências dos “excluídos da História” e de grupos minoritários (como as mulheres, os negros, homossexuais, as prostitutas, a classe operária, dentre outros), o interesse pelas novidades temáticas (como a loucura, o corpo, o sexo, a feitiçaria, as mentalidades, a moda, dentre outras), a busca por fazer emergir o “irracional”, a “contingência” e a “subjetivação”, que foram extirpadas pelas narrativas historiográficas modernas, apontaram para um processo de “antropologização” da historiografia brasileira (DIEHL, 2004, p. 260).

Atento aos reflexos dessa crise da razão histórica moderna não só no “fazer historiográfico”, mas também nas posturas humanas em sociedade, Diehl afirmou que o crescente individualismo contribuiu para produzir uma espécie de “despolitização e desmobilização”, marcadas por vários posicionamentos de “deserção”, seja “do social”, “na história”, “do político e ideológico”, “do trabalho” ou “das religiões tradicionais” (DIEHL, 2004, p. 308-312). Além disso, a partir de discussões surgidas em torno da pós-modernidade teria se engendrado uma “fetichização negativa da modernidade como experiência histórica”, que, ao levar em consideração somente traços negativos dos processos de racionalização, atribuindo uma negatividade na perspectiva de ser moderno, “acabou por gerar uma descrença na própria possibilidade de se alcançar a modernidade em culturas periféricas”, onde esse projeto, no entendimento de Diehl, ainda está por ser vivido efetivamente (DIEHL, 2004, p. 316).

Não obstante, existe uma postura muito recorrente na cultura historiográfica brasileira que muito incomoda o autor em questão: a análise da história do Brasil a partir de conceitos objetivados fora do contexto ao qual se pretende adaptá-los. Segundo o historiador sul-rio-grandense, essa adaptação teórico-conceitual criou uma espécie de “razão ornamental afirmativa” (DIEHL, 2004, p. 21), cuja predominância precisa ser superada quando se trata das formas de representação da historiografia brasileira. Do mesmo modo que se discutiu a possibilidade de se pontuar identidades para as experiências históricas latino-americanas, Astor Diehl assinalou a importância de singularizar certas identidades em relação ao conhecimento histórico elaborado na América Latina.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não temos dúvidas de que o mais recente tipo analítico de história da historiografia que sendo praticado no Brasil trata-se do modelo denominado *história da historiografia como exercício de metateoria*. Isso reflete o estreitamento, cada vez mais frequente, entre teoria da História e História da Historiografia. Trata-se de uma análise sobre os próprios modos de se fazer História viabilizada pelos instrumentais reflexivos ofertados pela teoria da História, por isso um exercício de metateoria. A teoria da História é o lócus, por excelência, onde se realiza esse exercício reflexivo acerca das condições e procedimentos que dão fulcro ao pensamento histórico como especialidade científica.

Segundo Jörn Rüsen, a teoria da História apresenta duas tarefas primordiais: “[...] a de inserir sistematicamente as reflexões metateóricas na ciência da história e, em segundo lugar, a de precisar a função dessas reflexões para a práxis da pesquisa e da historiografia (RÜSEN, 2001, p. 18). Numa de suas alegorias mais conhecidas, Rüsen afirmou que a autorreflexão propiciada pela teoria nos possibilita que, diante de uma multidão de árvores, ao invés de fitarmos uma por uma, observemos que tipo de floresta elas formam. Logo, como uma teoria reflexiva de construtos intelectuais constituídos por elementos teóricos, a teoria da História trata-se de uma metateoria da ciência histórica, “um pensar sobre o pensamento histórico, cujo eixo é a racionalidade” (RÜSEN, 2001, p. 18).

A história da historiografia, por sua vez, dependendo da forma como for encaminhada, pode também apresentar essa orientação intelectual, ou seja, a de uma abstração que se debruce sobre os fundamentos da ciência da História e sobre os próprios modos de se produzir história (metateoria). Integrado a esse debate, o professor Valdeci L. Araújo argumentou que diferentemente da teoria da história, que pode arrogar uma natureza distinta da própria atividade historiográfica, a história da historiografia parece possuir a mesma natureza de seus objetos, ou seja, ambas são histórias escritas (ARAÚJO, 2006, p. 80). Evidentemente que a teoria da História,

em seu exercício reflexivo sobre os elementos e operações basilares da ciência histórica, pode prescindir de um elemento que é peculiar a qualquer História e que, por conseguinte, também é inerente à história da historiografia: a abordagem temporal. Podemos praticar teoria da História sem nos atermos, necessariamente, aos modos como, no (ou com o transcorrer do) tempo, foi produzido conhecimento racional sobre a experiência humana do passado. No entanto, a operação analítica subsumida à história da historiografia não tem como abrir com mão dessa relação com o tempo, pois o exame da historicidade de qualquer historiografia constitui seu traço mais candente. Nesse aspecto, a história da historiografia demonstra uma de suas potencialidades cognitivas, qual seja, a de situar espaço-temporalmente e, portanto, analisar as (diferentes e semelhantes) concepções de História, bem como práticas de investigação e de narração dos fenômenos humanos do passado, enfim, debruça-se sobre a própria historicidade do pensamento histórico.

Portanto, o fulcro desse modelo da história da historiografia como exercício de metateoria é a reflexão crítica acerca da prática intelectual dos historiadores, mas sem prescindir da historicidade inerente ao próprio exercício da pesquisa e escrita da História. Trafegando nas dimensões normativa, cognitiva e empírica da produção de conhecimento histórico, valoriza-se, nesse tipo de história da historiografia, verticalizar questões existenciais, teóricas, metodológicas e narrativas que envolvem o fazer histórico profissional. Recorrendo aos instrumentais reflexivos praticados no âmbito da teoria da História, a preocupação destina-se em analisar as diferentes (e semelhantes) formas de se conceber e de praticar História (como conhecimento racional da experiência humana do passado) nos distintos momentos que caracterizam uma determinada produção historiográfica. A promover abstrações historicamente orientadas sobre as formas, os procedimentos e as funções que envolvem o pensamento histórico científico, a história da historiografia faz com que a reflexão metateórica ganhe ainda mais consistência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Valdei L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

BLANKE, Horst W. "Para uma nova história da historiografia". In: MALERBA, J. (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. Trad. Luis Sérgio D. da Silva. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 27-64.

CERTEAU, Michel de. "A Operação Histórica". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. 3ª ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 17-48.

DIEHL, Astor A. **A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998.

_____. **A Cultura Historiográfica Brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999.

_____. **A Cultura Historiográfica Brasileira nos anos 80: experiências e horizontes.** 2ª Ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938).** Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel. L. S. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857).** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 43, v. 88, p. 373-415, 1971.

MALERBA, J. **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia.** São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

_____; ROJAS, C. A. (Org.). **Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica.** Bauru: EDUSC, 2007.

_____. **A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009 (Coleção FGV de bolso. Série História).

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia.** Petrópolis: Vozes, 2008.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica.** Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SAMARA, Eni de M. (Org.). **Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências.** São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP, 2002.

SILVA, Rogério F. da. **História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia.** Bauru: EDUSC, 2001.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX.** Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0

